



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

47  
179

**Recurso de Agravo nº 89914-9/01**  
**Comarca:** Cabo de Santo Agostinho  
**Agravante:** Município do Cabo de Santo Agostinho  
**Agravado:** Iractan Alberto da Silva  
**Relator:** José Ivo de Paula Guimarães

5527

**EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM DECISÃO TERMINATIVA. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. SALÁRIOS. FÉRIAS PROPORCIONAIS MAIS 1/3. DÉCIMO TERCEIRO. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUITAÇÃO. HONORÁRIOS. MANUTENÇÃO DOS TERMOS DO DECISUM. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

1 - Os honorários arbitrados em desfavor da Fazenda Pública, segundo o § 4º, do art. 20, do CPC, com base na apreciação equitativa do juiz, não estão sujeitos a percentuais específicos ou, necessariamente, inferiores ao limite mínimo previsto no dispositivo citado.

2 - O percentual arbitrado está em consonância com a jurisprudência e os ensinamentos doutrinários do País. Tenho, por isso, como equilibrado o arbitramento de 15% (quinze por cento) incidentes sobre o valor da condenação, conforme a decisão originária a qual foi mantida no *decisum* enfrentado.

3 - Em relação à argumentação de que o Município agravante não possui legitimidade passiva *ad causam*, por não ter nenhum vínculo com o agravado, tenho que não merece respaldo. A Edilidade tem personalidade jurídica de direito público interno, sendo responsável pelo erário público e também pela Câmara Municipal. A matéria é pacífica em nossos tribunais. Quando devidamente comprovada a relação laboral com o ente público, faz jus o servidor, ou empregado público, ao recebimento das verbas salariais impagas como contraprestação dos serviços prestados, em consonância com o que dispõe o art. 7º c/c art. 39, §3º, da Constituição da República.

09 - RA 89914-9/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

- 4 - Não se configura a hipótese de nulidade processual, em razão da não intervenção do *Parquet* na ação originária. O simples fato da presença da Fazenda Pública no triângulo processual não impõe que haja interesse público na lide.
- 5 - Mantidos os termos da decisão vergastada.
- 6 - Recurso de Agravo improvido.
- 7 - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 89914-9/01, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, na sessão de 11/10/2010, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, mantendo os termos da decisão agravada. Tudo em conformidade com o relatório e o voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 11/10/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães.  
Relator

09 - RA 89914-9/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antônio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Recurso de Agravo nº 89914-9/01**

**Comarca:** Cabo de Santo Agostinho

**Agravante:** Município do Cabo de Santo Agostinho

**Agravado:** Iractan Alberto da Silva

**Relator:** José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa que negou segmento à Apelação Cível, em apenso, mantendo inalterada a sentença que julgou procedente o pleito do autor no sentido de reconhecer seu direito ao pagamento dos vencimentos referentes aos meses de abril a dezembro de 1996, bem como o 13º salário e férias proporcionais mais 1/3, por entender que a decisão de primeiro grau estava de acordo com o entendimento dominante deste Tribunal.

Em suas razões, de fls. 27/45, alega o recorrente, em breve síntese, que: **1)** A lide foi julgada, no juízo originário, antecipadamente, sem a participação do Ministério Público, devendo, em seu entender serem anuladas a sentença e a decisão terminativa enfrentada; **2)** O Município agravante não tem nenhum vínculo com o agravado, ocorrendo a ilegitimidade passiva *ad causam*, devendo ser excluído da lide e ser o processo extinto sem julgamento de mérito; **3)** Há incidência de litispendência da ação originária com a Ação Civil Pública nº 14.827/96; **4)** A condenação do agravante ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação merece retratação, conforme o § 4º, do art. 20, do CPC.

Requer, ao final, que esta relatoria reconsidere a decisão vergastada ou leve o recurso ao julgamento colegiado para que o mesmo seja provido, seguindo-se o julgamento e o provimento do apelo e do reexame, gerando a reforma da sentença e a consequente improcedência da ação originária.

09 - RA 89914-9/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antônio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726

50  
C

181



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

mesa. Não sendo o caso de retratação, apresento o processo em

É o relatório.

Recife, 11 / 02 / 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**

09 - RA 89914-9/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



32  
C  
183

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Recurso de Agravo nº 89914-9/01**

**Comarca:** Cabo de Santo Agostinho

**Agravante:** Município do Cabo de Santo Agostinho

**Agravado:** Iractan Alberto da Silva

**Relator:** José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

O inconformismo do agravante surge em face da decisão terminativa que negou segmento à Apelação Cível, em apenso, mantendo inalterada a sentença que julgou procedente o pleito do autor no sentido de reconhecer seu direito ao pagamento dos vencimentos referentes aos meses de abril a dezembro de 1996, bem como o 13º salário e férias proporcionais mais 1/3, por entender que a decisão de primeiro grau estava de acordo com o entendimento dominante deste Tribunal.

Insurge-se, ainda, contra o percentual das verbas honorárias, determinado, na sentença do juízo *a quo*, em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, percentual mantido na decisão terminativa.

É cediço que os honorários arbitrados em desfavor da Fazenda Pública, segundo o § 4º, do art. 20, do CPC, com base na apreciação eqüitativa do juiz, não estão sujeitos a percentuais específicos ou, necessariamente, inferiores ao limite mínimo previsto no dispositivo citado, como se pode observar nos julgados, dos Tribunais Pátrios, colacionados abaixo:

STJ:

Processo AgRg no REsp 639033 / RS AGRAVO REGIMENTAL NO  
RECURSO ESPECIAL 2004/0010798-3

Relator(a) Ministro PAULO GALLOTTI (1115) Órgão Julgador 16 - SEXTA  
TURMA

09 - RA 89914-9/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



Poder Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

### OITAVA CÂMARA CÍVEL

Data do Julgamento 03/05/2007 Data da Publicação/Fonte DJ  
21/05/2007 p. 621

#### Ementa

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS. FAZENDA PÚBLICA VENCIDA. APRECIÇÃO EQÜITATIVA DO JUIZ. ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. ENUNCIADO Nº 7/STJ.

1. Não ocorre omissão quando o Tribunal de origem decide fundamentadamente todas as questões postas ao seu crivo.
2. **A verba honorária arbitrada em desfavor da Fazenda Pública, fixada, a teor do disposto no § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, com base na apreciação eqüitativa do juiz, não está adstrita aos percentuais e tampouco à base de cálculo prevista no § 3º do aludido dispositivo.**
3. A irresignação que busca desconstituir os pressupostos fáticos adotados pelo acórdão recorrido encontra óbice no enunciado nº 7 da Súmula desta Corte.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.

#### Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. A Sra. Ministra Maria Thereza de Assis Moura e os Srs. Ministros Nilson Naves e Hamilton Carvalhido votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Paulo Medina. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Nilson Naves. (G.N.)

#### TJPE:

**Apelação Cível 160930-3** -- Recife Nº de origem 001200502029531 -  
Relator: Luiz Carlos Figueiredo - 7ª Câmara Cível - Data do Julgamento  
2/9/2008 14:00:00

#### Ementa

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ISONOMIA PREVISTA PELO ART. 40, CF/88. EQUIPARAÇÃO ENTRE VENCIMENTOS, PROVENTOS E PENSÕES. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1 - Houve clareza na formulação do pedido, qual seja, o correto pagamento da pensão, devendo o quantum debeat ser apurado quando da liquidação da sentença. 2 - A peça exordial foi satisfatoriamente instruída, posto que, às fls. 10/21, foram acostados documentos como contra-cheques da Autora e do de cujus, além de declaração (fl. 15) de que consta especificadamente as parcelas que compunham os vencimentos deste. 3 - A causa de pedir é presente e bastante clara, configurada pelo

09 - RA 89914-9/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.200 - Fone: (081) 3419-3726.



54  
185

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

incorreto pagamento dos benefícios previdenciários da Autora/Apelada, o qual restou comprovado pelos documentos de fls. 10/21.4 - Apesar da prescrição do art. 475, CPC, a norma específica do art. 520 da lei processual lastreia o recebimento da presente Apelação apenas no efeito devolutivo, posto que a respectiva Sentença antecipou os efeitos da tutela.5 - Preliminares rejeitadas à unanimidade.6 - O art. 40 da Carta Magna alberga a equivalência entre vencimentos, proventos e pensões, impondo um limite que não configura óbice algum ao direito da demandante de perceber a pensão pela morte de seu marido na integralidade dos vencimentos do mesmo, haja vista estes não serem superiores àquele.7 - **O § 4º do art. 20, CPC não determina que, em sendo vencida a Fazenda Pública, o percentual dos honorários advocatícios devidos em razão da sucumbência seja inferior ao limite mínimo determinado pelo § 3º do mesmo dispositivo, mas apenas dispõe que o julgador não fica adstrito aos limites impostos por aquela primeira norma.**8 - Não houve desrespeito à Súmula 111/STJ. Tal fato, aliás, seria inviável, pois geraria uma obrigação com objeto indeterminado.9 - Reexame Necessário improvido à unanimidade. Apelo prejudicado. Decisão: Por unanimidade de votos, negou-se provimento as preliminares de inépcia da inicial, ausência da causa de pedir e ausência de documentos indispensáveis. Mérito: Por unanimidade de votos, deu-se provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário. (G.N.)

E ainda:

**Embargos de Declaração 152530-8/01** Recife nº de origem 01525308 - Relator Fernando Cerqueira - 7ª Câmara Cível Data de Julgamento 8/4/2008 14:00:00

**Ementa:** P CIVIL- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO- PREQUESTIONAMENTO- **HONORÁRIOS DE ADVOGADO - APRECIÇÃO EQUITATIVA - POSSIBILIDADE DE CONDENÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA EM PERCENTUAL SUPERIOR A 5% - DECISÃO UNÂNIME.**1. Para fixação da parcela honorária contra a **Fazenda Pública**, dispõe o § 4º do Art. 20 do CPC, que o julgador exercer juízo equitativo, atendendo os requisitos do § 3º, a saber: a) o grau de zelo do profissional; b) o lugar de prestação do serviço; e c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.2. A jurisprudência dominante do E. STJ, aponta no sentido de que **ao julgador é facultado, mas não obrigado, a conceder percentual menor que dez por cento nas causas em que for vencida a Fazenda Pública.** 3. Embargos Declaratórios conhecidos para fins de prequestionamento, mantendo inalterada a decisão embargada.

09 - RA 89914-9/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

**Decisão:** Por unanimidade, a Turma conheceu dos presentes embargos de declaração, apenas para fins de prequestionamento, mantendo incólume a decisão recorrida, nos termos do voto do Des. Relator. (G.N.)

O percentual arbitrado está em consonância com a jurisprudência e os ensinamentos doutrinários do País. Tenho, por isso, como equilibrado o arbitramento de 15% (quinze por cento) incidentes sobre o valor da condenação, conforme a decisão originária a qual foi mantida no *decisum* enfrentado.

Quanto à alegação de litispendência, não restou configurada, uma vez que a causa de pedir e o objeto das ações são diferentes.

Em relação à argumentação de que o Município agravante não possui legitimidade passiva *ad causam*, por não ter nenhum vínculo com o agravado, tenho que não merece respaldo. A Edilidade tem personalidade jurídica de direito público interno, sendo responsável pelo erário público e também pela Câmara Municipal.

A matéria discutida nos autos é por demais pacificada em nossos tribunais.

Quando devidamente comprovada a relação laboral com o ente público, faz *jus* o servidor, ou empregado público, ao recebimento das verbas salariais impagas como contraprestação dos serviços prestados, em consonância com o que dispõe o art. 7º c/c art. 39, §3º, da Constituição da República.

Em verdade, o não pagamento de tais verbas importa em evidente afronta aos princípios da dignidade da pessoa humana e da moralidade administrativa, e não possui qualquer respaldo no ordenamento jurídico. Entendimento diverso significaria admitir que a municipalidade se locupletasse indevidamente da força de trabalho de seus servidores, em evidente enriquecimento ilícito.

Trata-se de verba alimentar cuja satisfação não pode ficar a mercê do beneplácito do administrador público.

Neste contexto, cabia ao município, apontado como inadimplente, demonstrar nos autos o pagamento dos valores cobrados, a fim de se desincumbir da obrigação. Vale dizer, a teor do art. 333, II, é ônus do réu constituir prova dos fatos impeditivos, modificativos e

09 - RA 89914-9/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



56  
C  
187

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

extintivos do direito do autor, e, não o tendo feito, deve arcar com o pagamento das verbas salariais reclamadas, em face do reconhecimento da procedência do pedido inaugural.

A orientação da jurisprudência desta Corte de Justiça está há muito firmada neste sentido:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. SERVIDOR MUNICIPAL REQUERENDO VERBAS IMPAGAS. SENTENÇA IMPROCEDENTE. APELAÇÃO. MUNICÍPIO NÃO COMPROVA PAGAMENTO DAS VERBAS PLEITEADAS. UNANIMEMENTE FOI DADO PROVIMENTO AO APELO, PARA REFORMAR IN TOTUM A SENTENÇA. HONORÁRIOS EM 10% (DEZ POR CENTO). 1 - **Servidor público municipal que exerce cargo de motorista, requerendo verbas salariais impagas pela prefeitura, no período de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1996, mais o 13º salários do mesmo ano.** 2 - **A Municipalidade tem toda a facilidade administrativa e operacional para trazer aos autos documentos que comprovem suas alegações, contudo, nenhum documento hábil a atestar a veracidade dos fatos relatados foi colacionado ao processo;** 4 - Por unanimidade, deu-se provimento ao Recurso de apelação, no sentido de reformar totalmente a sentença, para que sejam pagas as verbas salariais referentes aos meses de setembro a dezembro de 1996, incluído o 13º salário, bem como custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) obedecendo o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC, tudo, com suas correções legais (AC 152793-5, Rel. Des. Luiz Carlos Figueiredo, 7ª Câmara Cível, DJ 16/09/2008). (Grifei).

AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. SALÁRIOS. DÉCIMO-TERCEIRO. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUITAÇÃO. PAGAMENTO DEVIDO. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. **O salário do servidor tem caráter alimentar e à Administração Pública, quando apontada como inadimplente, no cumprimento dessa obrigação, cabe o ônus de demonstrar, através de documentação idônea, que pagou ao servidor o salário a que faz jus, de acordo com a norma constitucional.** 2. Evidenciada, in casu, a inadimplência do recorrente, afigura-se acertada a condenação do Município de Panelas ao pagamento dos vencimentos do autor/recorrido, referente aos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro de 1996 e do respectivo 13º salário, juntamente com as férias e a última parcela do 13º salário referentes ao ano de 1998, uma vez que o recebimento das aludidas verbas remuneratórias devidas em razão do trabalho prestado pela autor/recorrido à Administração Municipal configura-se direito constitucionalmente garantido ao

09 - RA 89914-9/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

servidor público, por força do disposto no art. 7º c/c art. 39 § 3º da Carta Maior. Precedentes neste Tribunal. 3. Recurso de Agravo a que se nega provimento. 4. Decisão unânime (RA 135620-3/01, Rel. Des. Fernando Cerqueira, 7ª Câmara Cível, DJ 12/02/2008). (Grifei).

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. 13º SALÁRIO E FÉRIAS. INDENIZAÇÃO POR ANO DE SERVIÇO PRESTADO. IMPOSSIBILIDADE. MORA CONFIGURADA. APELO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1. **É cediço que uma vez exercidas regularmente suas funções o servidor faz jus às gratificações salariais garantidas constitucionalmente.** 2. O pagamento de indenização por ano de serviço prestado a servidor destituído de cargo comissionado é incompatível com o art. 37, II, da CF. 3. **Não tendo realizado prova contrária do alegado patente se faz a mora por parte do Município apelante.** 4. Apelo improvido. 5. Decisão unânime (AC 156831-6, Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8ª Câmara Cível, DJ 08/05/2008) - (Grifei).

Tal entendimento, por decorrência lógica, aplica-se também aos servidores ocupantes de cargos em comissão e, guardadas as devidas proporções, aos trabalhadores com vínculo de emprego com a administração pública.

Por fim, em se tratando da hipótese de nulidade processual, em razão da não intervenção do *Parquet* na ação originária, também não merece guarida. O simples fato da presença da Fazenda Pública no triângulo processual não impõe que haja interesse público na lide.

Neste sentido, colaciono, abaixo, a cota de fls. 74, da apelação cível, em apenso:

**C O T A**

No caso, aplica-se o entendimento jurisprudencial do STJ do qual transcrevo duas ementas:

"O Ministério Público, em obediência ao art. 129, IX, parte final, está impedido de defender entes públicos. Não caracteriza interesse público, para os fins previstos no art. 82, II, do CPC, o simples fato de entidade pública figurar no pólo passivo da demanda. O conceito de interesse público posto no art. 82, III, do CPC, não tem identificação com o da Fazenda Pública quando demanda em juízo. Precedentes pela não obrigatoriedade da presença do Ministério Público como fiscal da Lei nas causas contra o poder Público (RT VOL: 00796 PG: 00207)".

"Processo Civil. Intervenção do Ministério Público. Para os efeitos da intervenção do Ministério Público no Processo, a jurisprudência do STJ distingue entre interesse da Fazenda Pública e interesse público,

09 - RA 89914-9/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

só exigindo-a neste último caso. Agravo regimental improvido (DJ DATA: 09/061997)"

Por Todo o exposto, abstém-se de lançar parecer.  
Recife, 23 de novembro de 2005.  
Judith Pinheiro Silveira Borba  
17ª Procuradora de Justiça Cível  
Por convocação

Não há, portanto, nenhuma configuração de nulidade nas decisões em tela, as quais revestem-se de validade e exatidão.

Diante do exposto, NEGOU PROVIMENTO ao recurso de agravo, permanecendo incólumes os termos da decisão vergastada, mantendo o percentual arbitrado de 15% (quinze por cento) incidentes sobre o valor da condenação.

É como voto.

Recife, 11 / 11 / 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**